

**DA ÁFRICA À BAHIA: UM ESTUDO SOBRE O LÉXICO AFRI-
CANO EM COMUNIDADES DO SEMIÁRIDO BAIANO²**

Uana Vanessa Pinheiro de Abreu (UEFS)

uanaabreu@gmail.com

Norma Lucia Fernandes de Almeida (UEFS)

norma@uefs.br

Patrício Nunes Barreiros (UEFS)

patricio@uefs.br

RESUMO

O léxico de uma língua representa, especialmente, uma época. Estudá-lo é conhecer sua história, sua sociedade, sua origem. O presente trabalho está pautado nas diretrizes da lexicografia, disciplina que estuda e elabora os dicionários, utilizando as contribuições teóricas de Vilela (1995), Biderman, (2001; 2002), Porto Dapena (2002), dentre outros. Esta pesquisa trabalha com a perspectiva de que as línguas africanas trouxeram muitas contribuições para a formação do português brasileiro e busca analisar tais influências no léxico de origem africana no semiárido baiano a partir de dois volumes da coleção *Amstras da língua falada do semiárido baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), e como estas lexias encontram-se registradas nos dicionários. A metodologia foi pautada em programas computacionais para lista e apuração dos dados, seguindo os princípios da lexicografia moderna e da metalexicografia. Os dados obtidos indicam que o léxico de origem africana encontrado na coleção não é composto por grande número de lexias (quarenta e nove). Com os resultados da pesquisa, pensamos sobre as condições de permanência e imposições sofridas pelos escravizados que reverberam no apagamento, esquecimento e desvalorização da cultura deste povo e de seus descendentes por tantos séculos no Brasil.

Plavras-chave:

Lexicologia. Léxico de origem africana. Léxico do semiárido baiano.

ABSTRACT

The lexicon of a language represents, especially, a certain time. To study it means knowing its history, its society, its origin. This article is based on the guidelines of lexicography, a subject that studies and elaborates dictionaries, using the theoretical contributions of Vilela (1995), Biderman, (2001; 2002), Porto Dapena (2002), among others. This study operates from the perspective that African languages contributed immensely to the development of Brazilian Portuguese language and seeks to analyze such African influences in the lexicon of the semi-arid region of Bahia from two volumes of the collection *Amstras da língua falada do semiárido baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008); and how these lexeis are recorded in dictionaries. The methodology was based on computer programs to list and verify the data, following

² Esse texto é resultado de parte da dissertação de mestrado, defendida no âmbito do PP-GEL (UEFS) e de debates entre os autores.

the principles of modern lexicography and metalexicography. The data obtained indicates that the lexicon of African origin found in the collection is not composed of a large number of lexeis (forty-nine lexeis). With the results of the research, we may reflect upon the conditions of permanence and impositions forced on the slaves that reverberate in the erasure, oblivion and devaluation of the culture of those people for so many centuries in Brazil.

Keywords:

Lexicology. African language. Lexicon in semiarid.

1. Apresentação

O presente trabalho foi desenvolvido acerca dos estudos lexicais, mais precisamente sobre o léxico de base africana presente no português falado no semiárido baiano. Para tanto foram utilizados dois volumes da Coleção *Amostras da Língua falada do semiárido baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008).

A partir dos dados coletados, fizemos uma análise lexicográfica sobre as lexias de origem africana, utilizando um dicionário geral (HOUAISS, 2009), um dicionário etimológico (CUNHA, 1982) e um vocabulário específico das línguas africanas na Bahia (CASTRO, 2005 [2001]). Tendo como objetivo principal o levantamento de dados que possam demonstrar a influência africana no léxico do semiárido baiano, a partir do contato e da permanência destes vocábulos como parte do léxico do Português Brasileiro (PB); bem como evidenciar a importância das contribuições dessas línguas para a constituição do PB e apresentar, com os dados obtidos, um trabalho lexicográfico.

Apesar de séculos terem passado, o preconceito com a cultura africana, e suas ramificações, ainda é muito forte, de tal forma que parece não haver conscientização de como tais povos contribuíram para a formação da identidade (hoje) nacional. São contribuições que podem ser encontradas na comida (como o acarajé, caruru em comemoração a São Cosme e Damião, Santa Bárbara, marcando o misticismo religioso), na bebida, na religião, na música, no léxico, enfim, em várias outras áreas. Foram séculos do comércio de escravizados, sendo esse tráfico realizado, muitas vezes, diretamente entre brasileiros e portos africanos, assim a influência de um sob o outro se torna ainda mais evidente.

2. Escravidão na bahia

A Bahia e Pernambuco foram as principais regiões produtoras de

açúcar do século XVI e XVII. Com isso foram também as principais compradoras de mão de obra escravizada oriunda da África. Esses números condizem com o distanciamento da língua geral de base tupi nesses estados em prol da língua portuguesa, pois a população negra era consideravelmente maior que a branca, e de uma possível língua veicular de base africana, nas localidades que tivessem um agrupamento de escravizados, de mesma etnia ou etnias próximas (LUCCHESI, 2009, p. 46-7).

Vale ressaltar que o sertão da Bahia também teve mão de obra escrava, nos mesmos moldes que outras regiões do estado e de Minas Gerais, principalmente nas áreas de exploração das minas, como é o caso das microrregiões da Chapada Diamantina e do Piemonte da Diamantina. Nessas microrregiões, a presença de africanos escravizados foi, como demonstram várias pesquisas (cf. NEVES, 2012), muito maior do que nas demais regiões da pecuária, pois a busca pelo ouro, o sonho da riqueza fácil, impulsionou a migração para o interior do país. Desta forma, muitos escravizados foram deslocados dos engenhos para a extração de ouro e pedras preciosas no interior do estado. Um bom exemplo são as comunidades remanescentes de quilombos da região. Foram exatamente essas regiões objeto do nosso trabalho, ou seja, a microrregião da Chapada e a microrregião do Piemonte da Diamantina. Abaixo trataremos um pouco mais sobre elas.

3. Amostras da língua falada no semiárido baiano: conhecendo as comunidades

Da microrregião do Piemonte da Diamantina, trabalhamos como o município de Caém³ que tem limites com as cidades de Jacobina, Pedras Altas e Ponto Novo. O nome do município sofreu algumas alterações no decorrer de sua história, sendo, inicialmente, chamado de Caém. Quando emancipado em 17 de abril de 1963, recebeu o nome de Anselino da Fonseca; anos depois voltou a chamar-se Caém em homenagem ao engenheiro responsável pela ferrovia.

De acordo com dados do IBGE, o município de Caém teve seus primeiros moradores no final do século XIX. Eram garimpeiros que estavam a caminho de Jacobina e foram os primeiros a fixar moradia naquele espaço. Mais tarde, já em 1910, quando as obras da ferrovia se iniciaram,

³ Volume I da Coleção Amostras da língua falada no semiárido baiano (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008).

o assentamento contava com grupos que vieram para a construção da estrada e, com o final das obras, aqueles moradores continuaram vivendo ali. O município foi emancipado de Jacobina em 1962.

Por estar no caminho do ouro, a presença de africanos e seus descendentes é marcante; há indícios de que a comunidade pesquisada seria remanescente de algum quilombo, embora não tenham sido encontrados dados nos arquivos públicos. Sabemos que as regiões que tiveram a exploração mineira contaram com um maior número de cativos, pois o trabalho era pesado e a possibilidade de enriquecer favorecia a compra de escravizados e o investimento na exploração.

As entrevistas foram realizadas com moradores do povoado de Piabas, contando assim com 12 inquéritos distribuídos da seguinte maneira: faixa 1 (20–40); faixa 2 (40–60); faixa 3 (acima de 60 anos), em cada faixa há dois homens e duas mulheres (ALMEIDA; CARNEIRO, 2014, p. 24).

Da microrregião da Chapada Diamantina (volume II da Coleção), trabalhamos com Rio de Contas que está situado a pouco mais de 600 km da capital do estado, Salvador, e foi fundado em 1718, ainda sob o nome de Mato Grosso. O município atraiu alguns moradores que vinham em busca de ouro no rio Brumado, mas alguns remanescentes ficaram também por causa da pecuária, atividade que teve expressividade no sertão da Bahia.

Desse município, foram selecionados informantes da zona rural de Bananal, Barra dos Negros, e, Mato Grosso. Esses povoados contam com características bem peculiares, uma vez que Bananal e Barra dos Negros têm indícios de serem remanescentes de quilombos, e Mato Grosso foi a primeira área de povoamento do município sendo inicialmente a população, predominantemente, de origem portuguesa.

Sakamoto (2000) trata das realidades desses povos, apontando que os descendentes de africanos da região viveram e vivem violências sociais, bem como a pressão para o apagamento de suas origens, tentando, conseqüentemente, diminuir os preconceitos a que estão expostos. O autor fala, também, da questão da adoção da língua e costumes portugueses, como partes de um processo longo de abandono da cultura africana por acreditarem que ela seria inferior. Há uma divisão entre os povoados de Barra/Bananal e Mato Grosso, sendo os primeiros, majoritariamente, constituídos por população negra e o segundo por brancos. Esse último teria sido construído para receber a população branca no período da des-

coberta do ouro naquela localidade. Há também documentos da escravidão nessa região, como registros de compra e venda de escravizados, cartas de alforrias, anúncios em jornais, evidenciando que a atividade escravista foi marcante ali.

Sendo assim, trabalhamos com uma hipótese de que, nessas localidades, o léxico de base africana tenha permanecido em áreas semânticas diversas, podendo ainda haver vocábulos com seu sentido mais original, bem como maior frequência de uso, e é isso o que se pretendeu analisar com esta pesquisa: as permanências de lexias africanas na oralidade dos informantes das comunidades pesquisadas.

Rio de Contas foi um município que teve a exploração de ouro marcada na sua história. Como atenta Vianna Filho (2008 [1946]), essas regiões tiveram um maior contingente de africanos escravizados decorrente de sua necessidade econômica, já que nessas microrregiões o trabalho escravo encontrou espaço tal qual nos engenhos. A descoberta do ouro na região ocorreu em meados do século XVIII, consoante com a corrida do ouro para a região de Minas Gerais. Nesse período, o tráfico de africanos foi intensificado, bem como o processo migratório a fim de viabilizar a exploração das minas e extrair o maior lucro, como pode ser observado no trecho abaixo

A distribuição da propriedade em escravos, numa amostra de 341 inventários *post mortem*, indica que 88% dos inventariados eram proprietários de escravos, o que evidencia o caráter escravista dessa sociedade. O uso da mão-de-obra cativa em Rio de Contas, como em outras regiões do Brasil, foi comum a diversas categorias sociais, porque possuir escravo não era privilégio apenas dos ricos. Isso não quer dizer que os escravos estivessem distribuídos igualmente entre os proprietários. (ALMEIDA, 2006, p. 39)

As entrevistas foram realizadas em três localidades rurais, como já dito; Mato Grosso, contendo 12 inquéritos: faixa 1 (15-25); faixa 2 (35-45); faixa 3 (55-65), cada faixa com dois homens e duas mulheres; também estão organizados em escolarizados e analfabetos; Bananal e Barra dos Negros⁴, contando com mais 12 inquéritos seguindo os mesmos fatores sociais que o anterior (ALMEIDA; CARNEIRO, 2014, p. 33). A comunidade de Mato Grosso foi escolhida por haver contato com as comunidades remanescentes de quilombos; mesmo não havendo um intenso convívio, as pessoas dessas localidades mantêm contato, seja no

⁴ Tratados como uma única comunidade, já que eram separados apenas por uma pequena ponte e as relações entre seus membros era bastante íntima.

comércio, seja nas festas religiosas.

4. Estudos lexicais: um olhar sobre a teoria

A lexicografia é uma disciplina antiga que trata da elaboração de dicionários. O papel desses na sociedade vai além da descrição do léxico, representando, também, a identidade de um povo, atestando a norma lexical vigente, bem como é fundamental para a escrita e a literatura (BIDERMANN, 2002, p. 75).

De acordo com Vilela (1995), a lexicografia é um processo semiológico, ou seja, primeiramente o lexicógrafo observa a lexia, o significante, e dela parte para os significados que um mesmo lexema pode ter. Assim os dicionários possuem o verbete e suas acepções. Esse processo demanda pesquisa para que se possa representar o léxico consolidado de uma língua.

Nunes (2006, p. 11) atenta para o caráter social dos dicionários, contemplando toda uma sociedade, pois não trata apenas de um, mas de muitos discursos que representam um povo, numa determinada época. Da mesma forma que as obras literárias, os dicionários também precisam ser analisados a partir do contexto histórico em que foram produzidos, pois é evidente que o léxico se modifica de tempos em tempos, e não há como uma obra lexicográfica abranger, acompanhar, todas essas modificações. Por isso se faz mister problematizar que, partindo de um *corpus*, o lexicógrafo registrará apenas as ocorrências naquele material, não sendo, necessariamente, uma reprodução literal da realidade lexical daquele povo; trata-se, antes, de um recorte.

O objeto de estudo da metalexicografia, de acordo com Porto Dapena (2002, p. 23), é o produto final da lexicografia, ou seja, o dicionário. Essa disciplina irá observar o desempenho, a funcionalidade, a viabilidade de acepções pautadas no tipo que a obra se propõe, ou seja, é o estudo dos dicionários e da metodologia para elaboração dos mesmos.

O labor do metalexicógrafo consiste em analisar, estudar as composições dos lexicógrafos. Atualmente, a Linguística de *Corpus* vem contribuindo muito para a sistematização e a agilidade na análise dos dados. Ao utilizar um *corpus* digital, o pesquisador, além de economizar tempo, também, e principalmente, tem dados mais fidedignos à realidade.

Nesta pesquisa, a Linguística de *Corpus* foi de fundamental im-

portância, partindo das amostras utilizadas até a organização e estudo dos dados para que pudéssemos realizar uma análise detalhada de cada lexia do *corpus* analisado. Assim, a Metalexicografia orienta a metodologia de trabalho utilizada para esta análise.

5. *Percurso metodológico*

A pesquisa foi realizada a partir da busca das lexias de origem africana presentes nos dois volumes da Coleção *Amostras da língua falada no semi-árido baiano*. Seguindo os princípios da lexicografia moderna, observamos inicialmente as lexias e, com a ajuda do programa computacional *Antconc*⁵, foram extraídas listas de palavras para que pudéssemos realizar a análise a partir do dicionário etimológico de Cunha (1982), do vocabulário africano na Bahia de Castro (2005 [2001]), e de um dicionário geral de Houaiss (2009).

O *corpus* analisado é um documento em PDF, estando todos os inquéritos organizados por volume, somando um total de 72 entrevistas; porém, para esta pesquisa, foram utilizados apenas os inquéritos das comunidades que foram marcadas pelo minério; o primeiro volume conta com doze inquéritos, o segundo com vinte e quatro, somando 36 entrevistas.

Feito esse levantamento, o próximo passo consistiu em analisar as lexias listadas, para tanto foram utilizadas as obras de Houaiss (2009); Cunha (1982) e Castro (2005 [2001]), como já mencionado. Cada lexia foi pesquisada observando sua origem nas referidas obras, quando encontrada uma que fosse de origem africana, passamos para a verificação dos significados, ocorrência na frase e lista de abonações, que consistiu em retirar exemplos do *corpus* analisado.

A observação no contexto em que foram utilizadas definiu se o sentido empregado corrobora o apresentado nos dicionários ou não. Essa etapa é fundamental para compreendermos o uso corrente de tais lexias de origem africana, pois as marcas desse povo não eram e não são, na maioria das vezes, consideradas de prestígio ou, por vezes, foram percebidas com estigma, podendo assim restringir o uso de alguns vocábulos a contextos muito específicos (a exemplo das línguas de santo).

⁵ O programa está disponível para download no site: <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

Após esse levantamento, foram organizadas apenas as lexias de origem africana que fazem parte do vocabulário, produto desta pesquisa. A seguir, o modelo das fichas lexicográficas utilizadas:

Figura 1: Modelo de ficha utilizada para organização do vocabulário.

Fonte: Elaborado por Abreu.

Esse quadro ilustra a ficha lexicográfica para organizar as lexias identificadas na coleção como provenientes de origem africana. Na primeira linha do quadro, há a indicação da letra, pois na macroestrutura, o vocabulário será organizado em ordem alfabética. Na segunda linha, apresenta-se a lexia encontrada; na quarta linha, a(s) aceção(s) utilizada(s) no *corpus*. A microestrutura foi organizada de forma que a classe de palavras a que pertence o vocábulo é o primeiro item a ser sinalizado, seguido pelas aceções verificadas. Na linha seguinte, a indicação das abonações, organizadas do lado direito do quadro, com a transcrição conforme encontrada no *corpus*, seguida, entre parênteses, da página e informante em que foi encontrada a abonação; do lado esquerdo, o volume da coleção, no qual se encontram as abonações.

6. Análise dos dados

Foram encontradas apenas 55 lexias de origem africana, 23 no volume I e 32 no volume II. Vale ressaltar que a soma está contabilizando apenas uma vez cada lexia; assim a lexia *cachaça*, que foi encontrada nos dois volumes, conta apenas uma vez. Desta forma, somamos 49 lexias de

origem africana, dicionarizadas em pelo menos uma das três obras lexicográficas analisadas.

Outro dado a ser considerado é que grande parte dessas lexias são pronunciadas por mais de um informante, o que pode nos indicar que tais termos estejam em uso mais frequente, embora não tenham aparecido em todos os inquiritos.

Uma das hipóteses da pesquisa era a de que informantes mais velhos utilizariam maior número de lexias de origem africana, por ainda fazer parte de suas memórias e a escolarização não ter influenciado muito na composição do léxico de tal informante. No entanto, o que foi constatado é que não há relação efetiva entre o número de africanismos utilizados e a idade do informante.

Observamos que as lexias de origem africana aparecem de forma muito discreta no *corpus* analisado. Esse apagamento pode ser explicado por alguns motivos extralinguísticos, dentre eles, o tipo de inquirito utilizado para esta pesquisa, que, por se tratar de entrevistas tipo DID⁶, pode não ter levado a uma oportunidade para que tais lexias fossem utilizadas no discurso comum com temas livres. Pode também ser explicado pela própria história linguística do Brasil, que favoreceu a língua portuguesa em detrimento das línguas dos demais povos que compuseram a sociedade brasileira, tanto do início da colonização quanto da consolidação do território, com a chegada da família portuguesa e, posteriormente, com a declaração de independência.

A partir do levantamento dos dados e desta análise, podemos dizer que o léxico de origem africana de uso geral, que sobreviveu nas comunidades analisadas e, porque não dizer, no Brasil, é relativamente pequeno se considerarmos a quantidade de africanos que viveram no país no período da formação do PB e o contato que eles tiveram com falantes do português.

Diante das ocorrências, podemos perceber que a maioria dos informantes não faz uso de muitas lexias de origem africana; como outrora mencionado, até pelo tipo de material analisado e, talvez, se tivéssemos utilizado perguntas direcionadas chegássemos a uma constatação próxima ao colocado por Basso e Gonçalves, mas não foi o que ocorreu. Os autores, ao tratarem sobre a história do PB, afirmam:

⁶ Diálogo entre Informante e Documentador.

O mais evidente dos impactos linguísticos das línguas africanas no PB está no léxico, que incorporou inúmeras palavras, como acarajé, agogô, aluá, bambá, banzo, bengala, bunda, cachimbo, cacimba, caçula, cafre, cafuné, calombo, cambada, camundongo, candango, canga, carcunda, dengue, denço, fubá, fulo, lundu, malungo, quibebe, quitanda, tanga, tutu, vatapá, zambi, além dos termos ligados ao Candomblé. É interessante notar palavras como “caçula” e “cafuné”; essas palavras só ocorrem em contextos familiares e nos quais há alguma intimidade, e assim elas revelam uma proximidade de convívio, que é, na verdade, um atestado do quão importante e profunda foi a presença dos africanos para a consolidação da sociedade brasileira. (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 218)

Essa contribuição dos africanos para a formação do português popular é evidente, como dizia Matos e Silva (2008, p. 23-4), sendo o português popular resultado do português geral brasileiro, formado na oralidade, e permeado, em suas origens, das línguas africanas e indígenas. Grande parte dos lexemas citados por Basso e Gonçalves (2014) faz parte de um uso comum no geral do Brasil, porém no *corpus* analisado, deles só foram encontrados *cachimbo*, *caçula*, *carcunda*, *dengue* e *vatapá*, sendo que esta última palavra foi citada pelo documentador, questionando se era um prato comum àquela comunidade, tendo o informante respondido que o prato mais comum “Inf: Aqui, o... o prato mais coisa é arroz, feijão e verduras” (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008, p. 78). Já a lexia *caçula*, de fato, ocorre num contexto familiar, é muito utilizada ao falar dos filhos, principalmente ao contar suas histórias.

A contribuição das línguas africanas ao PB é, de fato, evidente. Todavia, devemos considerar que lexias africanas compõem principalmente o vocabulário de contextos específicos. São inúmeros vocábulos, tanto que muitos autores se propuseram a documentar, dicionarizar tais termos, porém devemos considerar que a língua base é o português, oriundo do latim, por isso a quantidade de lexias latinas sempre será em maior número. Mas não devemos, com isso, diminuir a importância das línguas africanas para a composição da língua portuguesa falada no Brasil, pois o contexto em que tais povos foram trazidos, mantidos e multiplicados no país não favorecia a permanência de seus traços nativos, muito menos de suas línguas:

[...] portanto não há a figura do “escravo africano” porque as pessoas que vieram ao Brasil tinham origens, línguas e culturas bastante diferentes, e a concentração dos africanos não foi igual ao longo do Brasil e nem ao longo do tempo. Por conta de todas essas questões, falar do “africano” (e do “indígena”) tem um papel, no máximo, didático – com várias reservas –, pois estamos falando de povos muito diferentes, e tratá-los simplesmente como “africanos” ou “indígenas” significa apagar suas especificidades (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 218)

O escravizado não tinha condições de manter sua língua em meio a tantas outras, em especial frente à língua do colonizador. Dessa forma, a quantidade de termos das diversas línguas africanas ainda encontrados no PB é de grande relevância, porque conseguiram sobreviver ao investimento da coroa portuguesa, principalmente na figura do Marquês de Pombal, que proibiu, no século XVIII, o uso de outras línguas que não fosse o português para que a língua portuguesa não apenas se mantivesse, mas que pudesse ser mais um instrumento de dominação e que pudesse se manter o mais européia possível. Claro que essa última parte não pôde ser realizada, pois o contato já era tamanho que não havia mais como apagar marcas dos diferentes povos e línguas que aqui estavam em contato.

Além do trabalho deliberado feito pelo Marquês de Pombal no século XVIII para que a língua portuguesa fosse hegemônica, há durante todo o período colonial e também imperial um silenciamento em torno de possíveis influências africanas na formação do Português Brasileiro. Almeida (2003), ao pesquisar como os africanismos eram tratados por linguistas/gramáticos do final do século XIX e começo do século XX, diz que os africanismos eram esquecidos, silenciados pelos autores pesquisados.

Ao analisar algumas obras de Said Ali e de Pacheco Silva, Almeida (2003) conclui que, ao abordar os brasileirismos, eles não citam (e quando o fazem é em número bastante reduzido) as contribuições das línguas africanas na composição do PB. No decorrer do texto, a autora atribui esse apagamento aos fatores históricos e culturais que, desde o início da colonização, colocaram o africano como sinônimo de primitivo, de atraso, de exclusão. Assim, ao apagar a presença das línguas africanas na formação do português do Brasil, estariam passando a falsa ideia de estarmos usando o português europeu e embranquecendo a nação.

A partir desse olhar, podemos entender como as línguas africanas, e suas marcas no PB, foram tratadas por tantos séculos no Brasil. Se elas, durante quase três séculos, foram esquecidas por estudiosos, na tentativa de reinventar uma identidade nacional, é possível entender porque tais contribuições ainda prefiguram como marcas de preconceito. Não obstante, os vocábulos de origem africana são utilizados, em maior número, em contextos específicos, como por exemplo, nos cultos religiosos e culinária; espaços que tiveram maior resistência, inclusive por terem sido esquecidos e camuflados por tanto tempo, conseguindo preservar parte de suas origens.

Outro dado importante a ser observado foi a quantidade de lexias encontradas em cada volume, em cada bloco de entrevistas. Esperávamos que houvesse mais lexias na comunidade de Bananal e Barra dos Negros, pois a sócio história destas localidades está intimamente ligada ao quilombo, porém o número maior de ocorrência foi no volume I, na zona rural de Anselino da Fonseca, que também teve sua ocupação marcada pelo garimpo.

Rio de Contas, onde se localizam Barra e Bananal, segundo Meseder e Martins (1991, p. 39), surge de um agrupamento de negros mocambados, mas a exploração local só passa a ser mais efervescente no período forte da mineração. Nesse contexto, surgem também as comunidades de fiscalização, uma delas pesquisada neste trabalho, a comunidade de Mato Grosso que é fundada por portugueses, que foram enviados para fazer a fiscalização do quinto. Assim, podemos dizer que a cidade de Rio de Contas, embora tenha surgido com um número significante de negros, firmou-se enquanto polo de fiscalização de exploração ainda no século XVIII.

A história oral dos arraiados registra, inclusive, os agravos que esta diferença ensejou. Em entrevista realizada com uma das lideranças dos arraiados, são mencionadas as vaías que eram dirigidas aos negros por alguns moradores de Mato Grosso, quando os primeiros por lá passavam “em um tempo de antigamente”. Em conversa informal com uma moradora da cidade, ela nos apontou as razões para a imobilidade social dos negros, ou seja, preguiça e gosto pelo ócio, uma espécie de lei do menor esforço, que faz com que trabalhem só o suficiente para a sobrevivência. [...] (MESSEDER; MARTINS, 2001, p. 44)

Esse trecho nos revela como os moradores de Barra dos Negros e Bananal eram tratados pelos vizinhos de Mato Grosso, inclusive sendo vistos como preguiçosos. Ser negro trazia para eles uma marca, as questões separatistas que envolviam aquelas comunidades determinaram, desde o início do povoamento daquele local, o negro a ser excluído, separado, dividido da elite branca. Fato que não difere do restante do país. Essa cultura separatista contribuiu para que as manifestações africanas fossem apagadas, esquecidas, pois à medida que a sociedade local foi se emoldurando, essas comunidades negras acabaram sendo tomadas pelo processo civilizatório de matriz europeia. Os próprios moradores vão perdendo a noção de suas origens, de sua história.

Um estudo realizado por Vasconcelos e Souza Filho (2001) mostra que os moradores de Bananal não se reconhecem como descendentes de escravizados, “(...) quando questionados sobre a existência de escra-

vos em suas famílias, os moradores, em sua totalidade, alegam que os seus antepassados não viveram tal experiência. (...)” (VASCONCELOS; SOUZA FILHO, 2001, p. 250). Esse não reconhecimento pode significar que tais comunidades perderam suas origens, ou, ao menos, esqueceram o passado de tristeza e exclusão ainda maior que o presente.

Essas questões corroboram com os resultados encontrados nesta pesquisa, pois essa formação social está baseada na anulação do elemento escravizado na história daquele povo; conseqüentemente suas línguas e culturas sofrem impactos, reformulam-se, de modo que perdem a noção do que, de fato, eram deles e do que agregaram do colonizador. Exemplo disso são as rezadeiras da região, que são chamadas, fazem seu ofício, mas não são entendidas como pertencentes a uma cultura africana ou indígena, já que os moradores das comunidades são cristãos, em sua maioria, católicos⁷. O misticismo religioso, tão recorrente na Bahia, é também encontrado nas comunidades de Rio de Contas, mas a noção de que haja misticismo no que eles praticam quando fazem uso das rezas parece não existir, já que faz parte da ressignificação do cristianismo praticado por eles.

Já na comunidade de Mato Grosso, na qual os próprios moradores contam ser de origem predominantemente portuguesa, houve poucas ocorrências das lexias de origem africana, inclusive há inqueritos nos quais não foram encontradas tais lexias, a saber: informante 6, sexo feminino, 50 anos, com escolaridade do primeiro ciclo do Ensino Fundamental; informante 11, sexo masculino, 76 anos, com escolaridade até a 5ª série do Ensino Fundamental. Ambos concluíram o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, talvez essa seja uma possível explicação para que, na escolha lexical, não tenha sido incluído nenhum termo de origem africana, pois ainda há bastante preconceito em relação à cultura desses povos e o uso de alguns termos, embora não sejam conhecidamente de origem africana, pode ser inibido por estar associado a um vocabulário dito mais simples, mais ruralizante.

Neste grupo, a maior quantidade de lexias foi registrada nos informantes da faixa etária 1, os informantes 1 e 2 utilizaram 5 e 6 lexias de origem africana, respectivamente. Os informantes da faixa etária 3 realizaram menos, oscilando entre 1 e 3 lexias; o mesmo acontece com a faixa etária 2. Assim, podemos dizer que os informantes mais novos de

⁷ As comunidades eram compostas por ampla maioria de católicos, no período em que as entrevistas foram realizadas, no final dos anos 90, início dos anos 2000.

Mato Grosso utilizam maior número de lexias africanas. Talvez uma aproximação mais recente entre as comunidades possa estar favorecendo essas ocorrências e isso pode significar uma relativa redução do preconceito e distanciamento entre esses povos, que durante muito tempo ficaram separados.

Em algumas das entrevistas dessa comunidade, os informantes relataram que os moradores de Barra e Bananal eram majoritariamente negros, pois descendiam de escravizados, por isso haveria essa separação; a comunidade branca, de Mato Grosso, evitaria a aproximação com as comunidades negras de Barra e Bananal. A escolha lexical é uma marca da comunidade; assim os moradores de Mato Grosso, aparentemente, se distanciam e marcam sua origem portuguesa, também pela escolha lexical.

Além disso, a língua portuguesa passou por um processo de estandardização, que pode ter contribuído para a redução do uso de lexias de origem africana, e também indígena, no PB.

No século XX, a estandardização da língua esteve intimamente ligada à explosão dos meios de comunicação de massa (o rádio, a televisão, o jornal, o *outdoor* e a internet), e a algumas grandes tendências da educação, como a generalização do ensino primário, que gerou um mercado de livros didáticos de grandes proporções e levou à criação de uma rica literatura infantil. É difícil avaliar de maneira exata a influência de todos esses fatores extralingüísticos, mas o certo é que eles contribuíram para uniformizar a língua e frear suas mudanças (ILARI; BASSO, 2007, p. 199)

Esse processo de modernização pode ter contribuído para que nessas comunidades rurais, através do rádio, televisão e escola (mesmo que apenas primária) tenham reformulado o léxico em uso. Por mais que tais lexias ainda ocorram como parte do PB, não são consideradas como variantes de prestígio, algumas delas, como a palavra caçula são de uso comum no Brasil, mas outras, como vatapá, é sempre associado ao afro-brasileiro e marcar, mesmo na oralidade, que o indivíduo tem esse repertório lexical pode indicar que o mesmo faz parte da comunidade negra, e/ou baiana/nordestina.

Para melhor ilustrar a questão, basta observarmos a reação de muitos cristãos quando são convidados a comer caruru. Independentemente de ser uma oferenda ou apenas mais um prato da culinária baiana, muitos deles dizem não comer por ser comida de santo, por acreditarem estar impregnada de coisas negativas. Tal reação demonstra que as religiões de matriz africana ainda sobrevivem, mas, por mais aceitas que pareçam ser, mesmo respaldada pela constituição, ainda assim sofrem pre-

conceito de diversas naturezas, a mais evidente delas é a falsa ideia de serem satânicas, pois lidam com entidades, espíritos, que o pensamento católico/protestante, principalmente protestante fundamentalista, não consegue convalidar como coisas do bem.

Nas comunidades de Bananal e Barra dos Negros foram encontradas 23 lexias de origem africana, destas, 9 também foram encontradas no volume I. As ocorrências não seguem o mesmo padrão daquele verificado em Mato Grosso, pois, nos inquéritos observados, não há um grupo que utilize mais lexias africanas, o uso é uniforme, sendo que o informante que teve maior número de ocorrências foi o informante 10, do sexo masculino, 58 anos, analfabeto, utilizando 9 lexias de origem africana. Porém, os critérios idade e ser analfabeto não se aplicam, pois, o informante que teve menos ocorrências foi do sexo feminino, mais ou menos 70 anos, também analfabeto.

Da mesma forma tais critérios também não podem ser aplicados ao observarmos as ocorrências no volume I, pois as duas pessoas que mais utilizaram lexias de origem africana foram: informante 3, de 28 anos, sexo masculino; e, informante 10, de 74 anos, sexo feminino. Este volume conta com 23 lexias válidas, sendo que todos os entrevistados utilizaram alguma lexia de origem africana, mesmo que tenha realizado apenas uma ocorrência, como duas das mulheres da comunidade que fazem parte da amostra.

Não podemos afirmar que as variáveis: sexo, idade, escolaridade, podem influenciar na escolha lexical das pessoas das localidades pesquisadas, pois nas entrevistas analisadas, estas variáveis, não se mostraram de grande relevância. O fator extralinguístico que teve maior destaque foi a composição social da comunidade pesquisada, pois, naquelas oriundas de descendentes de africanos escravizados, o número de ocorrências foi significativamente maior, que naquela de predominância branca.

As lexias encontradas no *corpus* estão relacionadas, à maioria, ao modo de vida das comunidades, utensílios, culinária, flora, fauna e religiosidade, nesta ordem. As lexias *alumã*, *anduzeiro*, *banana*, *cabaça*, *jiló*, *maconha* e *mamona*, estão relacionadas à flora; *caçote*, *jegue*, *macaco* e *merim* estão relacionados à fauna. Porém, sabemos que a maioria das lexias relacionadas à flora e fauna é de origem indígena, pois, segundo Basso e Gonçalves (2014, p. 224-5) o PB utilizou muitos empréstimos das línguas locais para compor o léxico da fauna e flora locais, uma vez que tais significados não teriam termos no Português que pudessem de-

nominá-los.

Na culinária, encontramos *canjica*, *cachaça*, *dendê* e *garapa*, poucas se considerarmos a história de duas das comunidades entrevistadas, mas novamente devemos lembrar que as marcas dos africanos escravizados foram fortemente evitadas. Há ainda uma permanência de comidas típicas e que sobrevivem justamente por serem caracterizadas como tal, acabaram se tornando marcas dos estados com maior influência da comunidade negra, é o caso do acarajé da Bahia e o tutu mineiro.

As palavras relacionadas à religiosidade pouco apareceram, apenas *búzios*, *carregado*, *encosto* e *finado*, sendo sempre associadas ao cotidiano, jamais à religião africana. A lexia *bendengó*, tratando da dança de origem africana, permanece com este significado, embora nem todos os informantes tenham utilizado tal lexia, ela aparece como parte da cultura daquele povo.

Os utensílios tiveram uma participação mais significativa, foram eles: *banguê*, *caçamba*, *cachimbo*, *capanga*, *carimbo*, *fifó*, *moringa*. Todos são lembrados como marcas do nordeste associando sua origem à região e não ao povo escravizado que ajudou a compor essa sociedade. A maioria das lexias foram substantivos, havendo apenas dois verbos e dois adjetivos.

7. Considerações finais

Encerramos parte desta pesquisa acreditando que as línguas africanas que foram trazidas para o Brasil enfrentaram, assim como seus representantes escravizados, um emaranhado de obstáculos e tentativas de total apagamento.

Talvez esses sentimentos sejam a maior explicação para a quantidade de lexias de origem africana encontradas no *corpus* analisado. Vale ressaltar que foram listadas 8891 *wordtypes*, dessas apenas 55 são de origem africana, de acordo com as obras lexicográficas pesquisadas; e após a análise minuciosa destas, restaram apenas 49 lexias usadas pelos informantes das comunidades pesquisadas. Isso pode ser explicado devido ao tipo de diálogo, pois, enquanto conversa com pessoas desconhecidas, a espontaneidade é controlada, e o que predomina, mesmo que inconscientemente, é a ideia de ser aceito num mundo preconceituoso. Ainda assim, considerando a quantidade de lexias encontradas podemos dizer que o léxico de origem africana conseguiu sobreviver.

Foram séculos na tentativa de afirmar que a língua portuguesa, enquanto a língua nacional, era uma língua branca, trazida da Europa, e que recebeu algumas contribuições das línguas indígenas, no tocante à nomeação da fauna e flora, peculiares a esta região. Porém, as línguas africanas também contribuíram para a composição do PB, foram muitas as lexias, entre outras contribuições, entretanto nem todas sobreviveram, devido às condições a que estavam expostos os povos que as representavam, já que a situação do africano escravizado no país não favoreceu que seus costumes pudessem ser cultivados com o devido orgulho, uma vez que tudo que estivesse relacionado ao negro era considerado primitivo, atrasado. Assim, grande parte das línguas africanas trazidas para cá também foram dando espaço para que as lexias de origem portuguesa fossem mais utilizadas, era uma tentativa de pertencer ao novo lar, de ser aceito ou mesmo deixar de representar uma história que tanto faz sofrer.

O homem africano, trazido para o Brasil escravizado, sofreu tortura de tantas formas que não podemos delimitar àquelas já conhecidas. O silenciamento da identidade pode ter sido a maior delas, isso quando nos referimos a longo prazo. Nos séculos da escravidão e nos posteriores, o negro se viu obrigado a assumir uma identidade branca, seja pela roupa, seja pela cultura, seja pela língua, seja pela mudança de postura. Por tanto sofrer, a sobrevivência falou mais alto, em muitos casos, e este homem, quando o pode, passou a ser branco, tornando-se cristão, falando o bom português, escondendo suas preferências, suas sofrências. Mudanças estão ocorrendo com as afirmações de identidades antes silenciadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia século XIX*. 2006. 174f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. O (quase) esquecimento dos africanismos em estudos de Pacheco Silva e Said Ali. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 2003. p. 93-105

_____; CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais. A constituição da amostra: fundamentos e as comunidades estudadas. In: _____. *Varição Linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2014. p. 13-39

_____; _____. *Coleção amostras da língua falada do semi-árido baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2008.

_____; _____. Elementos para uma sócio-história do semi-árido baiano. In: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica A. (Orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. v.V. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. p. 423-41

ANTHONY, Laurence. AntConc (Versão 3.4.3) [Software de Computador]. Tóquio, Japão: Universidade de Waseda. 2014. Disponível em: <<http://www.laurenceanthony.net/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. Ocupação do Brasil, delimitação das fronteiras e primeiros séculos do português em solo americano. *História concisa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 189-250

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do Léxico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2 ed. Campo Grande: UFMG, 2001. p. 13-22

_____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002. p. 65-82

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs). *As ciências do Léxico*. 2. ed. Campo Grande: UFMG, 2001. p.131-44

CAÉM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/caem.pdf>> Acesso: 10 mai. 2018.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia: Um vocabulário afro-brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 [2001].

_____. *A língua mina-jeje no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *Linguística do português e ensino*. In: ____ *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 197-215

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: ____; BAXTER, Alan; RIBIRO, Ilza. (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73

MATOS e SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de letras da UFF*, Niterói, v. 34, p. 11-30, 2008.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes; MARTINS, Marco Antônio Matos. Arraiais de rio de contas: uma comunidade de cor. *Caderno CRH*. Salvador: UFBA, 1991. p. 36-49. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/download/18841/12211>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Curraleiro, crioulo, peduro: a pecuária como fator da formação socioeconômica do semi-árido. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, n. 104, p. 91-125, 2009.

_____. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS, 2012.

NUNES, José Horta. *Dicionários do Brasil: análise e história*. São Paulo: Pontes, 2006.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco Libros, 2002.

SAKAMOTO, Leonardo. O quilombo resiste. Repórter Brasil. set. 2000. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2000/09/o-quilombo-resiste/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. *Quilombos: identidade e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VASCONCELOS, Albertina Lima; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Bananal: trabalho e vivência em uma comunidade de negros. *Politeia: história e sociedade*. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 247-268, 2001.

VIANNA FILHO, Luiz. O sertão e o negro. In: _____. *O negro na Bahia: (Um ensaio clássico sobre a escravidão)*. 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 181-8

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VILELA, Mário. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.